

ARTIGO

O LIVRO DIDÁTICO E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA DO PROFESSOR NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE GUAJARÁ-MIRIM

Rosa Maria Aparecida Nechi Verzeze¹

Eliziane França Moreira Silvino²

Resumo: A pesquisa visa à análise dos livros didáticos utilizados nas Escolas Municipais da cidade de Guajará-Mirim, a partir da perspectiva de Língua como sistema de representação do mundo que está presente em todas as outras áreas do conhecimento. Embasado nesse pressuposto, procura verificar se o livro didático contém informações e conceitos capazes de conduzir à aprendizagem para construção de conhecimentos, levando em consideração o conhecimento do aluno ao ingressar na escola e a realidade que o cerca. Trata-se de uma pesquisa empírico-interpretativa através de entrevistas orais e questionários dirigidos a professores. Os resultados mostram que, dos 30 professores entrevistados, 70% deles ainda se mantêm tradicionalistas, utilizando apenas o livro didático como material pedagógico, além de sua prática ter revelado um distanciamento entre a análise dos textos para o ensino da língua e o estudo sistemático da língua. Os exercícios que valorizam a memorização de regras gramaticais ainda abrangem grande número de professores, embora haja professores que procuram realizar um trabalho diversificado. Porém, a problemática verificada é que nossos informantes não conseguem trabalhar com a leitura e produção de textos na diversidade dos gêneros textuais necessários, como também, encontram dificuldades em realizar um trabalho interdisciplinar.

¹ Mestre em Filologia e Língua Portuguesa pela FFLCH/USP. Professora do Departamento de Letras e Linguística da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Departamento de Letras e Linguística (DLL). E-mail: rosa_nechi@hotmail.com; rosanechi@uol.com.br

² Graduada em Letras pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Campus de Guajará-Mirim. E-mail: elizsilvino@hotmail.com

Palavras-chave: Construção de conhecimento. Escola pública. Gêneros textuais. Livro didático. Pensamento crítico.

1 Introdução

Este artigo mostra o resultado de uma pesquisa de campo realizada em Escolas Públicas Municipais do Ensino Fundamental I da Cidade de Guajará-Mirim, Rondônia. Procura, através de entrevistas orais e questionários dirigidos a professores, investigar a relação de pertinência do material didático com o conteúdo que está sendo trabalhado, bem como averiguar se o conhecimento empírico e as vivências culturais dos alunos estão sendo considerados durante a administração das aulas. Para fundamentar essa pesquisa nos pautamos, primeiramente, nos critérios do Guia de Seleção do Livro Didático nas Primeiras Séries do Ensino Fundamental I, do MEC (2004), em algumas leis - LDB n. 9394/96 (BRASIL, 1996); Constituição da República Federativa do Brasil, art. 208 (BRASIL, 1998); Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental (BRASIL, 1997); Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1991) – além de alguns autores que julgamos relevantes para a discussão em relação à seleção e pertinência de utilização do livro didático: Geraldí (1987), Arnay (1998), Lacas (1998) Rodrigo (1998), Teberosky (1998) e Verceze (2005).

A visão hipotética é a de que ler, escrever e falar de acordo com as regras e as necessidades socialmente estabelecidas requer a articulação de uma série de habilidades e competências básicas de natureza discursiva, textual e gramatical as quais não podem ser aprendidas espontaneamente, mas precisam ser ensinadas. Assim, atividades de leitura, produção de textos e prática oral, quando mal conduzidas, tanto comprometem o desenvolvimento de estratégias, habilidades e competências fundamentais, como levam à aquisição de procedimentos ineficazes ou prejudiciais. É a partir dessa pressuposição que nos propomos a desenvolver a pesquisa, atentando para verificar a utilização do livro didático nesse contexto.

2 O Livro Didático e suas implicações legais

A educação escolar se caracteriza pela mediação didático-pedagógica que se estabelece entre conhecimentos práticos e teóricos. Dessa forma, seus procedimentos e conteúdos devem adequar-se tanto à situação específica da escola e ao desenvolvimento do aluno quanto aos diferentes saberes a que recorrem.

Surge, assim, a importância do livro didático como instrumento de reflexão dessa situação particular, atendendo à dupla exigência: de um lado, os procedimentos, as informações e os conceitos propostos nos manuais; de outro lado, os procedimentos, as informações e conceitos que devem ser apropriados à situação didático-pedagógica a que se destinam.

A LDB n. 9394/96, em seu artigo 4º, inciso VII faz menção aos programas de apoio ao material pedagógico: “O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante garantia de atendimento do educando no Ensino Fundamental, por meio de programas suplementares de material didático [...]” (BRASIL, 1996, p. 3).

Com base no artigo 4º, não é difícil compreender a responsabilidade do Estado para com os alunos das escolas públicas do Brasil, levando em consideração que o livro didático constitui material necessário para o processo ensino-aprendizagem. Porém, o livro não deve ser considerado como única fonte de conhecimento disponível para o educando, mesmo sendo utilizado didática e corretamente em sala de aula, pois o professor deve ter consciência da necessidade de um trabalho diversificado e, para tanto, é preciso buscar, em outras fontes, informações ou conteúdos que venham a complementar e enriquecer o livro didático.

Como é objetivo da educação escolar preparar o educando para o exercício da cidadania e qualificá-lo para o trabalho, o processo formativo deve realizar uma nova mediação, agora entre a esfera privada das exigências familiares ou pessoais e a vida pública na qual o aluno está ingressando. Seja qual for a disciplina abordada, o livro didático deve servir para a construção da ética necessária ao convívio social democrático.

2.1 Um Pouco da História do Livro Didático

No que se refere à história do livro didático no Brasil, ao nível oficial e regulamentado, se iniciou com a Legislação criada em 1938, pelo Decreto Lei 1006. Naquela época, o livro era considerado um instrumento da educação política e ideológica, sendo o Estado caracterizado como censor no uso desse material didático. Os professores escolhiam os livros a partir de uma lista pré-determinada, tendo por base essa deliberação legal. O artigo 208, inciso VII, da Constituição Federal do Brasil, assegura que o livro didático é um Direito Constitucional do estudante brasileiro.

Somente a partir dos anos 90, começou-se a assistir a uma veemente e louvável discussão crítica sobre o Ensino Fundamental no Brasil. Na verdade, um debate frenético sobre os Livros Didáticos para esse nível de escolaridade.

O mecanismo jurídico que regulamenta o livro didático é o Decreto n. 9154/85, que instituiu o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Esse plano estabelece, em seu artigo 2º, a avaliação rotineira dos livros. Recentemente, a resolução nº 603, de 21 de fevereiro de 2001, passou a ser um mecanismo organizador e regulador do PNLD. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou várias comissões para a avaliação dos livros didáticos, na busca de melhor qualidade. Não obstante, esse processo, ao longo dos anos, tem sido lento, confrontando, por vezes, interesses editoriais, que nada têm a ver com as novas orientações pedagógicas. Este fato interferiu na qualidade do livro didático e, conseqüentemente, no processo de ensino aprendizagem. A esse fato, acrescenta-se a limitada preparação dos professores para participar do processo de seleção, tarefa bastante exigente para um coletivo que pouco tem recebido em termos de saberes, competências e habilidades.

A Reforma curricular, a partir de 1991, nos primeiros ciclos do Ensino Fundamental, exige que os novos livros correspondam às atuais exigências de uma Educação do século XXI, na qual o conhecimento, os valores, a capacidade de resolver problemas e aprender, como

a Alfabetização Científica e Tecnológica, são elementos essenciais. Nessa perspectiva, o livro didático não pode continuar como fonte de conhecimentos (por vezes equivocados) a serem transmitidos pelo professor, a fim de serem memorizados pelos alunos. O livro didático se encontra longe de ser uma fonte de sabedoria, capaz de orientar os professores no desenvolvimento da personalidade integral das crianças e constituir uma responsabilidade de natureza social e política. É o professor quem deve ter uma boa preparação para desenvolver essa atividade de vital importância, pois, embora haja, por um lado, o desenvolvimento das novas tecnologias, da mídia, dos textos digitais, por outro, o livro continua sendo o mais fiel aliado do professor e um recurso imprescindível para os alunos.

O livro didático, na perspectiva Bakhtiniana, pode ser visto como um enunciado que constitui um elo na cadeia de comunicação verbal, estabelecida por professores e alunos na sala de aula. Desse modo, na interação face a face, constitui um mecanismo relevante para os processos de leitura e compreensão de textos. Se o professor souber explorá-lo, fazendo uso de sua criatividade, inserindo, através de textos, a diversidade de gêneros textuais necessária ao alunado, certamente, lhe propiciará boas reflexões sobre sua realidade.

2.2 Como fazer uma escolha adequada?

Os PCN de Língua Portuguesa do Ensino fundamental (BRASIL, 1997) trazem algumas indagações para que o professor repense a utilidade pedagógica do livro didático. São reflexões como: os conceitos estão corretos? São adequados? Os exercícios ajudam o aluno a pensar e desenvolver o raciocínio crítico? As ilustrações contribuem para a compreensão dos textos?

Certamente, respostas a estas e outras perguntas fornecem pistas para a escolha de um livro que poderá ajudar na atuação do professor em sala de aula. Entretanto, é importante salientar que o livro didático é apenas um dos instrumentos de apoio ao trabalho do professor e que,

por melhor que seja, pode ser ampliado com exercícios e atividades de acordo com a realidade de cada localidade ou clientela a ser atendida. Além disso, escolher um bom livro didático não diminui a necessidade de se consultar outras bibliografias. O professor sempre precisará de textos complementares, seja para estudar conteúdos, seja para suprir lacunas ou complementar e ampliar informações. É preciso, também, que a escola se organize para uma escolha mais coletiva, discutindo procedimentos de análises, examinando exemplares de livros solicitados às editoras, ponderando a respeito do perfil de aluno, do projeto pedagógico da escola e, sobretudo, planejando o trabalho continuamente.

O livro didático sempre foi um dos instrumentos do trabalho pedagógico do professor. Vale ressaltar que, em muitas escolas brasileiras, ele é o único instrumento de que o professor dispõe. Nesse caso, convém citar Soares (2002) ao lembrar que até recentemente, o conteúdo do livro didático de Língua Portuguesa eram os textos dos autores clássicos das literaturas Brasileira e Portuguesa. Atribuía-se, assim, um compatível valor aos escritores e se esquecia do vínculo que deveria haver com as necessidades vivenciadas pelo alunado. Hoje, essa realidade vem mudando, uma vez que os livros já contêm uma diversidade de textos que abarcam os diferentes falares e as diferentes características regionais do país. Para a autora, deve haver uma mescla entre os gêneros literários e os gêneros textuais, de modo que contemplem diferentes práticas sociais:

É recente a entrada, tanto no livro didático, quanto na aula de Português, de outros gêneros e de outros tipos de texto, o que era necessário, *ou seja*, (grifo nosso) é necessário, porque as práticas sociais são variadas. É preciso preparar o aluno para as habilidades de leitura e de diversos tipos, diversos gêneros de textos. Daí a entrada de textos de jornal, textos da revista, a publicidade, a charge, etc. – a entrada de todos esses gêneros no livro de Português. O que tem ocorrido, no meu entender, é que essa invasão está um pouco violenta demais, talvez excessiva demais, em prejuízo do texto literário. Porque o texto literário está se tornando cada vez mais ausente dos livros didáticos de Português. Por causa do critério que devem estar na aula aqueles tipos de texto que circulam mais intensamente na sociedade. Mas é preciso pensar no outro

lado da questão, cabe à escola também suprir aquilo que não circula intensamente na sociedade e que é importante que o indivíduo conheça e, preferencialmente, aprenda a gostar dos textos literários. Que é o caso do texto literário, a prosa literária, o poema, etc. (SOARES, 2002, p. 4).

2.3 O guia dos livros didáticos

Antes de tudo, é importante salientar que os livros didáticos representam uma fatia considerável do Mercado Editorial Brasileiro, e que, por vários anos, a escolha desses livros pelos professores se deu apenas por uma listagem oferecida pelo MEC às escolas, com o nome e o código dos livros inscritos no Programa Nacional do Livro Didático. É evidente que, nesse contexto, a escolha era prejudicada pela falta de informações a respeito das obras, comprometendo a qualidade de ensino, uma vez que o MEC, em acordo com as editoras, distribuía, nas escolas, livros que se distanciavam das propostas curriculares e dos projetos pedagógicos elaborados. As obras eram sempre desatualizadas quanto às teorias e sua adequação à realidade do alunado, continham erros inaceitáveis e vinculavam valores incompatíveis com a construção da cidadania.

Nos últimos anos, o consumidor brasileiro tem conquistado mudanças significativas em relação a seus direitos. Assim, a compra e venda de produtos seguem as normas do Código do Consumidor, aprovado pela Constituição de 1998, no qual está assegurado o direito de avaliar e exigir um produto de boa qualidade. No caso dos livros didáticos, esses procedimentos da escolha e avaliação são de extrema relevância, porque tendem a elevar a qualidade do ensino, sobretudo, o público, já que é o Governo Federal que distribui os livros didáticos para as escolas públicas. Desta forma, com base nesse código, o MEC avalia os livros inscritos pelas editoras para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD (2000/2001), que estão disponíveis no Catálogo de Livros Didáticos, como referência para o professor.

O objetivo do guia não é cercear a escolha do professor, mas ampliar o leque de alternativas, apresentando resenhas e comentários,

contendo informações teóricas e metodológicas dos livros didáticos recomendados. Nesse guia, o professor se depara com diferentes propostas pedagógicas as quais o auxiliam na escolha do livro, adequando-o ao seu modo de pensar a formação pedagógica do aluno, seus princípios enquanto educador, as propostas de sua escola, as necessidades de seus alunos, etc.

2.4 A Seleção dos Livros Didáticos e a Formação do Professor

A seleção dos livros didáticos constitui uma tarefa de vital importância para o ensino-aprendizagem. Por isso, deve-se levar em conta a seriedade dos critérios para a escolha dos conteúdos, principalmente para possibilitar ao professor a participação na escolha e avaliação dos livros didáticos. A participação dos professores é de extrema importância, pois eles devem saber das qualidades e limitações dos livros didáticos, para que possam repensar as práticas pedagógicas conscientes de que o livro ainda apresenta conteúdos lingüísticos e textos de apoio que apontam para realidades específicas e para problemáticas locais. O ideal é que o professor veja o livro didático apenas como uma das ferramentas entre tantas outras capazes de lhes propiciar condições de ministrar um ensino de qualidade. Soares (2002, p. 2) aponta as dificuldades vivenciadas pelo professor quanto à utilização do livro didático:

Há o papel ideal e o papel real. O papel ideal seria que o livro didático fosse apenas um apoio, mas não o roteiro do trabalho dele. Na verdade isso dificilmente se concretiza, não por culpa do professor, mas de novo vou insistir, por culpa das condições de trabalho que o professor tem hoje. Um professor hoje nesse país, para ele minimamente sobreviver, ele tem que dar aulas o dia inteiro, de manhã, de tarde e, freqüentemente, até a noite. Então, é uma pessoa que não tem tempo de preparar aula, que não tem tempo de se atualizar. A conseqüência é que ele se apóia muito no livro didático. Idealmente, o livro didático devia ser apenas um suporte, um apoio, mas na verdade ele realmente acaba sendo a diretriz básica do professor no seu ensino. (SOARES, 2002, p. 2).

Para minimizar esta situação, pesquisas vêm sendo desenvolvidas em várias universidades do Brasil, como a pesquisa sobre o livro didático de Rojo (2001), da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo que tem possibilitado ao professor uma melhor escolha do livro didático. Neste sentido, a fim de contribuir com as pesquisas já realizadas, procuramos desenvolver um trabalho por meio de entrevistas dirigidas a professores, tendo como principal intenção um “alerta” na hora da seleção dos livros didáticos que não podem ser vistos como uma diretriz única para esse importante processo. Buscamos, em conversas informais e documentadas, investigar, junto aos professores, como está sendo utilizado o livro didático com base nos seguintes princípios: (1) constitui um instrumento de apoio para o ensino-aprendizagem, a partir do qual o professor disponibiliza outros materiais complementares; (2) está sendo utilizado como a matriz básica para o ensino fundamental.

3 Metodologia da Pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida nas Escolas de Ensino Fundamental José Carlos Nery, Prof. Salomão Silva, Jesus Perez, Cândida Maria Moura de Paula, Floriza Bouez e Irmã Hilda. Foi pautada nos seguintes objetivos: (1) analisar a relação de pertinência do livro didático selecionado pelo professor com o conteúdo ministrado conforme o contexto regional; (2) verificar se na seleção dos conteúdos o professor dá espaço para que os alunos também tragam seus conhecimentos e vivências culturais; (3) identificar o tipo de participação e interesse dos alunos pelo conhecimento trabalhado em sala de aula a partir do livro didático.

Como procedimentos metodológicos, utilizamos entrevistas gravadas e questionários dirigidos. No decorrer da pesquisa, realizamos entrevistas orais e dirigidas com 30 professores que atuam nas escolas mencionadas. Procuramos levantar as questões necessárias para a seleção e utilização dos livros didáticos levando em conta os critérios do *Guia de Seleção do livro didático nas primeiras séries do Ensino Fundamental I*, os propósitos e sugestões dos PCN e os pressupostos teóricos dos autores

citados na introdução. Procuramos, também, nos apoiar na perspectiva da aprendizagem como construção do conhecimento, respeitando o que o aluno possui ao ingressar na escola.

4 Análise dos Dados

Após uma análise meticulosa das entrevistas com os professores da rede pública do município de Guajará-Mirim da zona rural e urbana, observamos que tanto as respostas dadas aos questionários, quanto as respostas dadas às entrevistas orais, giraram em torno de dois eixos comuns: (1) procuram, durante a escolha do livro didático, um que se aproxime mais da realidade do aluno, levando em conta o perfil regional; (2) as escolhas não são garantidas, pois o MEC³ possui poder de decisão sobre os livros.

O primeiro eixo gerou muita polêmica ao indagarmos “se o livro didático está de acordo com a realidade dos alunos”. 75% dos professores disseram que pedem o livro que está mais próximo da realidade de seus alunos, mas nem sempre a solicitação é atendida e reforçaram, ainda, que o livro de alfabetização é o que mais deixa a desejar.

Pelas respostas, pudemos perceber um número compatível de descontentamento e insatisfação entre os professores:

Nem sempre os livros aproveitam aspectos relacionados com a realidade do aluno, mas procuramos um livro que dê ênfase à construção desta realidade e de outra.

A procura dos livros geralmente é por autores da própria região de Rondônia que vem na lista de livros do MEC, porém, quando chega ao MEC, a escolha não é aprovada, e chega à escola outro livro, com autor desconhecido do professor.

Verificamos, por estes depoimentos, que tais professores têm consciência da importância de trabalhar com livros de autores que apresentassem, em suas coleções, textos regionais, todavia, isto não é possível.

³ Sabemos que os livros didáticos são coleções em quatro volumes, e isso dificulta a liberdade de escolha dos professores. Por exemplo, se os professores escolhem dois autores diferentes: 1^a e 2^a série um autor e 3^a e 4^a série outro autor, na hora da seleção pelo MEC, para a distribuição dos livros às escolas, isso não é contemplado, uma vez que o MEC, em acordo com as editoras, sempre envia às escolas coleções em quatro volumes.

Sabemos que os livros didáticos, ainda hoje, possuem um conteúdo unificado com textos específicos e em grande parte só literários que não atendem às necessidades de todas as camadas sociais, o que causa grandes dificuldades para se desenvolver efetivamente um trabalho pedagógico com enfoque nas peculiaridades regionais. E isso acaba por exigir do educador, cada vez mais, um “jogo de cintura” ou esforços “heróicos” para adaptar os livros à realidade de seus alunos, visando a aproximar o ensino-aprendizagem à ‘visão de mundo’ que cada aluno traz ao ingressar na vida escolar.

A não adequação dos livros didáticos aos aspectos regionais prejudica o trabalho dos professores, principalmente da *zona rural*, sobretudo em se tratando dos livros destinados à alfabetização (livros de 1ª série) que trazem um conteúdo unificado, com textos elitistas, os quais não condizem com as características regionais. Vejamos, a título de exemplo, o depoimento de um professor da *zona rural*:

É comum recebermos livros de alfabetização com palavras mais universais que são desconhecidas por estes alunos, devido ao lugar em que vivem, isolados da população urbana, muitas vezes sem os meios de comunicação como: rádio, televisão, Internet, etc.

Em outros depoimentos, os professores alegam que os livros didáticos de alfabetização apresentam palavras como ‘hipopótamo’, ‘helicóptero’, ‘leão’, que não são característicos de seu dia-a-dia. No lugar poderiam utilizar outras palavras mais comuns para que a criança identificasse com a realidade local, haja vista a realidade pesquisada estar inserida na Região Amazônica.

Esse contra-senso dificulta o trabalho pedagógico do professor da 1ª série, uma vez que o aluno se volta para o lado crítico, solicitando ao professor explicação dos termos desconhecidos. O agravante é que o professor, muitas vezes, toma uma postura radical, impedindo a participação do aluno no processo, e em conseqüência, esse aluno passa a ser visto como perturbador, gracejador, etc.

Pudemos observar, através das entrevistas orais com professores alfabetizadores da *zona rural*, que nem sempre eles estão preparados para dar explicações compatíveis a seus alunos, faltam-lhes conhecimentos para isso. Tivemos declarações de professores que ficaram em situação confusa quando, em sala de aula, foram indagados pelos alunos sobre o termo hipopótamo. Perguntas como: onde vive um hipopótamo? De onde vem? O que come? etc., para as quais o professor não soube dar explicações satisfatórias. Observamos que esta situação, na maioria das vezes, agrava-se porque a precariedade das escolas da *zona rural* é grande. Não há bibliotecas onde os alunos possam pesquisar e sanar suas dúvidas, enriquecendo seu conhecimento, sem falar na falta de outros recursos didáticos necessários como: televisão, vídeo, internet, etc. Diante de tal situação, o ensino fica comprometido, afetando o rendimento e a aprendizagem dos alunos.

Com relação aos professores da *zona urbana*, apuramos, por meio das entrevistas, que suas opiniões divergem das da *zona rural*, com relação à infra-estrutura das escolas, pois as escolas da zona urbana possuem bibliotecas, salas de leitura, sala de vídeo, etc, propiciando as pesquisas necessárias para complementar o conteúdo do livro didático. Embora haja melhores condições na estrutura escolar, notamos, pelas entrevistas, que o ensino se prende ao livro didático e a qualidade é baixa.

Observamos que a preocupação de grande parcela dos professores é cumprir todo o conteúdo do livro didático por exigência da supervisão:

Na minha escola tem a supervisora, não tem como fazer um trabalho diferente, levar outros textos, jogos, sabe? Dinâmica... A supervisora exige e fica cobrando que o conteúdo do livro didático tem que ser visto tudo.

Entendemos com esta informação de uma das informantes que tal situação ocasiona a transmissão de um conhecimento limitado, ou seja, apenas aquele que consta de um livro didático “inadequado”, no qual é apresentada ao aluno uma infinidade de regras distanciadas do próprio objetivo do ensino de língua materna.

Observamos que o conteúdo do livro didático, de certa forma, ainda unificado, acaba por deixar, muitas vezes, o aluno aquém do conhecimento necessário para o processo de aquisição da escrita. Isso se agrava quando o professor utiliza somente o livro didático como material pedagógico – o livro acaba sendo o roteiro de suas aulas. Esse fato compromete a aprendizagem, pois tal postura do professor, possivelmente, acaba por não considerar as diversidades lingüísticas que os alunos trazem na sua fala.

A desvalorização da fala do aluno ocasiona diferenças e conflitos entre grupos etários e étnicos e, sobretudo, entre classes sociais, gerando preconceitos. O alvo desta desconsideração da variedade lingüística se deve, entre outras causas, ao fato de que o professor valoriza muito a gramática e a norma culta, não levando em conta as variações da língua e não sabendo como administrar as variedades lingüísticas em sala de aula. Por isso, a gramática tem sido o objeto de ensino do português e não a própria 'língua'. Ensinar a língua é levar os alunos – falantes nativos – a dominar a sua língua na modalidade escrita. Verceze (2005, p. 12) tece a necessidade de se adequar fala e escrita nas produções escritas dos alunos:

O ensino de língua deve iniciar no conhecimento intuitivo dos mecanismos da língua, ao mesmo tempo em que será usado para o domínio consciente de uma língua que os alunos já têm interiorizado [...]. Quero dizer que os professores devem estar sempre atentos aos resultados progressivos dos alunos nas suas produções escritas e que podem despertar neles reflexões sobre o uso da própria língua, mostrando-lhes que para cada situação de fala, a linguagem pode ser adequada às exigências sociais. Aos poucos, eles podem conhecer melhor a língua falada nativa e com isso saber discernir os vários usos da língua, e caminhar para a interiorização das estruturas da língua escrita.

Quando indagamos aos professores da *zona urbana* sobre a importância do ensino da gramática e qual a concepção que tinham do ensino da língua materna, detectamos uma prática “lastimável”, pois obtivemos depoimentos como: “A gramática está no livro didático, é

preciso ensinar a gramática”; “As regras ajudam o aluno a escrever”; “O aluno precisa saber conjugar os verbos, por exemplo, né, eu ensino meus alunos conjugar verbos, faço chamada oral de verbos”, etc. Em nenhum momento os informantes souberam nos dizer o verdadeiro papel da gramática para a língua materna.

A pesquisa nos mostra que temos hoje, ainda, uma grande parcela de professores que “enchem a cabeça” dos alunos com conceitos metalingüísticos desnecessários e, muitas vezes, incompletos para aquele momento de ensino-aprendizagem, esquecendo que estes alunos estão ainda nas séries iniciais. Sabemos que o ensino da gramática pela gramática não ensina a escrever e não contribui significativamente para o domínio da língua materna.

Geraldi (1987) nos adverte que o próprio conceito de ensino de língua foi desviado, restringindo-se ao estudo de uma teoria da gramática. O ensino da língua transformou-se em ensino da teoria gramatical, donde surge novo problema: o modo como tem sido ensinado o conteúdo das gramáticas. Assim, não resiste a uma crítica, porque o conteúdo programático da disciplina encontra-se defasado. A distribuição dos conteúdos pelas diversas séries é arbitrária, pois não contempla de modo adequado a capacidade dos alunos.

Verificamos que 33,3% de professores, além da utilização do livro didático, usam outros para complementação do conteúdo e argumentam que, dessa forma, um livro complementa o outro e, assim, podem fazer as adaptações conforme a realidade social de cada comunidade escolar.

Quando indagamos a esses professores se os livros utilizados em sua escola despertavam a curiosidade e o interesse dos alunos, responderam que procuravam sempre, no ano da escolha do livro, aqueles que retratavam coisas capazes de aguçarem a curiosidade do alunado, que pudessem levá-los a pensar sobre a realidade e a descobrir novidades, a fim de despertar sua criatividade. Ou seja, procuravam trabalhar com livros que contenham gravuras coloridas, textos pequenos com temas próprios para tal faixa etária e textos de vários gêneros textuais. Alegaram que esses recursos contribuiriam para facilitar a produção de textos orais e escritos.

Essa preocupação com a criatividade dos alunos, revelada pelos professores, aponta para sua valorização enquanto educadores comprometidos com o processo ensino-aprendizagem. Deste modo, entendemos que o professor deve adotar a postura de mediador diante desse processo, mas, para tanto, é necessário que durante todo o processo ensino-aprendizagem, trabalhe com mecanismos que agucem a curiosidade do alunado, utilize a diversidade textual e, sobretudo, saiba interagir com os alunos, pois, quanto mais diversificada, criativa e interativa for a aula, melhor condição terá o aluno na relação com a leitura e na interpretação crítica dos textos.

A aula, tendo um direcionamento interativo, favorece ao professor, principalmente nos seus propósitos de extrapolar o conteúdo do livro didático. Quando o professor se propõe a trabalhar com uma diversidade de gêneros textuais, mesmo se necessário, utilizando livros didáticos, sem dúvida, estará propiciando ao aluno a inter-relação necessária para o êxito na leitura e na produção de textos.

Embora admitindo que esses informantes tenham consciência da importância da diversidade textual e da utilização do livro didático apenas como material de apoio, identificamos, através de alguns depoimentos, que lhes faltam conhecimentos metodológicos e lingüísticos para adequar os gêneros textuais numa dimensão que possa estimular a reflexão por parte dos alunos, ou seja, como estratégias que forneçam aos alunos, a partir da leitura, idéias para elaboração de seus próprios textos orais ou escritos.

Sabemos que o trabalho do professor com a leitura e produção de textos é uma atividade árdua, principalmente porque os alunos, hoje, estão mais voltados para aspectos visuais e simbólicos do que propriamente para o texto escrito. Por isso, um livro que traga diversidade de ilustrações, textos pequenos, jogos, letras de músicas, textos em quadrinhos, palavras cruzadas, poesias, etc. é, sem dúvida, mais atraente e desperta mais atenção e interesse, pois estes recursos certamente abrirão novos horizontes para o aluno, podendo aguçar-lhe a imaginação e propiciar-lhe condições para reflexão.

Outro aspecto abordado na pesquisa foi a questão da interdisciplinaridade no livro didático. Nossos informantes, de modo geral, disseram que os livros didáticos que apresentam textos com gêneros textuais diversos e exercícios lúdicos fornecem opções várias para o trabalho com interdisciplinaridade. Destacaram a questão do trabalho com materiais concretos que os livros didáticos já fornecem: “a maioria das vezes o livro didático traz música, poesia, dobradura, recortes, colagem desenhos, confecção de cartazes e maquetes que o professor pode trabalhar a interdisciplinaridade”. Sem dúvida, estes tipos de textos e atividades ampliam o conhecimento prévio e cultural do aluno e o insere num processo de ensino-aprendizagem interdisciplinar, à medida que ele estabeleça relações entre conteúdos de várias disciplinas. Isso é enfatizado pelos informantes: “Muitos textos de língua portuguesa trabalham conteúdos de outras disciplinas como arte, ciências e geografia, por exemplo, a poesia com os temas terra, planeta, água, etc.” Porém, voltam novamente a indagar a questão da escolha do livro didático apontado como o segundo eixo comum da pesquisa: as escolhas não são garantidas, pois o MEC possui poder de decisão sobre os livros, o que revela a insatisfação dos informantes, por nunca receberem os livros escolhidos.

Com estes argumentos podemos concluir que o professor necessita conduzir o processo em sala com uma metodologia que dê conta das peculiaridades que o livro didático traz, estabelecendo uma interconexão com os textos e atividades que dêem conta de explorar a interdisciplinaridade. Podemos afirmar ainda que o problema da interdisciplinaridade não está só no livro escolhido que não chega às escolas. Está também presente na insegurança e ausência de apoio pedagógico ao professor. Estes fatos são registrados nos depoimentos dos informantes:

a gente tem medo de trabalhar a interdisciplinaridade. Eu sei que posso pegar um texto de história com as datas e trabalhar a matemática, mas fico com medo, não sei bem né ... Como posso fazer isto na hora lá na sala? Seria muito necessário o

município oferecer cursos para todos os professores para aprender a trabalhar com a interdisciplinaridade nas séries iniciais, cursos que todos tivessem acesso, não apenas alguns.

Um último aspecto que registramos trata da necessidade dos livros didáticos propiciarem o aproveitamento do conhecimento do aluno para a construção do conhecimento científico. Sobre essa questão, os professores responderam que o livro, frequentemente, traz o conhecimento científico necessário para cada série, mesmo os livros enviados pelo MEC, sem garantia de escolha, com os quais trabalham.

Outra questão levantada refere-se à análise dos textos trabalhados em sala, sobre a qual os professores responderam que sempre procuram indagar aos alunos sobre o tema em questão, propiciando debates e estabelecendo relações entre os saberes e as experiências vivenciadas por eles.

Partimos do princípio de que o aluno, ao entrar na vida escolar, traz consigo um conhecimento (experiências de vida) conforme sua visão de mundo e a realidade em que vive. A escola, através do ensino, prepara o aluno para a sistematização do conhecimento empírico que já possui, transformando-o em conhecimento científico e inserindo-o no seu cotidiano, de modo que amplie sua visão de mundo e não apenas como um marco que separa a vida do aluno antes e depois da escola. Grande parte dos livros didáticos, hoje, tem dado sua contribuição nesse sentido, pois se pauta em propostas curriculares inovadoras. Nessa perspectiva, a problemática está na sua distribuição, o que tem dificultado o acesso aos professores das regiões mais afastadas dos grandes centros, como a região Norte, mais precisamente nas cidades do interior de Rondônia.

5 Considerações Finais

O livro didático utilizado nas escolas do ensino fundamental I não deve ser apresentado como única fonte para direcionar o processo de ensino-aprendizagem. Este deve ser visto apenas como um dos instrumentos de apoio necessário ao trabalho pedagógico e, que, por

melhor que seja, precisa ser ampliado com exercícios, sugestões de atividades e consultas a outras bibliografias que contemplem a realidade local do alunado. Além disso, é necessário que o professor esteja em constante atualização, pesquisando bibliografias várias e consultando outros meios que lhe possibilitem consolidar os conhecimentos.

É preciso, também, que a escola se organize e tenha estrutura para apoiar o professor e os alunos, planejando o currículo voltado para o projeto político pedagógico, tendo em vista as necessidades dos alunos.

É importante destacar o contato do educador com os estudos que a Linguística Textual traz hoje e também a necessidade de se estabelecer um maior contato entre a língua materna e a proposta pedagógica que vem sendo desenvolvida. Também, deve-se atentar para o enfoque dado à gramática, considerando que esta não deve ser tomada como verdadeira e absoluta, pronta, acabada e imutável, mas como instrumento para auxiliar no processo de ensino da língua. O professor deve considerar os gêneros textuais como prioridade na sua atuação e procurar inserir a gramática em estudos realizados a partir dos textos.

Por fim, podemos enfatizar que há hoje um grande número de livros didáticos que contemplam a diversidade de gêneros textuais, além de atividades que propiciam a reflexão do aluno. Porém, o professor não se sente preparado para dirigir um ensino interdisciplinar que dê conta de levar o aluno à leitura e à produção de textos em gêneros variados, estabelecendo conexão entre os diversos conhecimentos necessários para torná-lo um verdadeiro usuário de sua língua.

O que podemos constatar é que faltam ao professor cursos de aperfeiçoamento nos quais ele poderia aprofundar seus conhecimentos e colher novas sugestões para trabalhar com as propostas pedagógicas. Advertimos que o curso oferecido pelo *Proformação*⁴ é pouco para subsidiar o professor no seu trabalho pedagógico. E, por fim, a extrema necessidade, em nível nacional, do acesso do professor da rede pública aos livros que trabalham de acordo com as propostas apresentadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Para tanto, a nossa sugestão é o investimento, por parte do poder público, em cursos de formação continuada, no sentido de oferecer uma formação sólida aos professores da Educação Básica.

⁴ Programa de Formação do Professor em Exercício – Magistério de Nível Médio.

THE DIDACTIC BOOK AND ITS IMPLICATIONS TO THE PRACTICE OF TEACHERS IN GUAJARÁ-MIRIM PUBLIC SCHOOLS

Abstract: This research aims to analyze the didactic books used in the Municipal Schools of Guajará-Mirim city by conceiving Language as a system of world representation that is present in all other knowledge areas. Based on this assumption, it aims to verify the existence of information and concepts in the didactic book that may lead its readers to knowledge construction, considering the students' previous knowledge and the reality that surrounds them. It is an empiricist-interpretative research made of oral interviews and questionnaires directed to teachers. Results point out that 70% out of the 30 interviewed teachers still have a traditionalist view, using the didactic book as the only pedagogical material. Their practice revealed a gap between text analysis for the teaching of Language and the systematic study of Language. Although a great number of teachers make use of memorization exercises, some are engaged in developing some diversified work. However our respondents are still unable to work with reading and text production through their vast universe. They also have difficulty carrying an interdisciplinary work.

Keywords: Critical thought. Didactic book. Knowledge construction. Public school. Text genres.

Referências

ARNAY, J. Reflexões para um debate sobre a construção do conhecimento na escolar: rumo a cultura científica escolar. In: RODRIGO, M. J.; ARNAY, J. **Conhecimento cotidiano, escolar e científico: representação e mudança.** São Paulo: Ática, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional – LDB.** Centro de documentação do Congresso Nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília/DF. 1998.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Congresso Nacional. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Parâmetro nacional de língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

GERALDI, J.W. **O texto na sala de aula**. Cascavel:Assoeste, 1987.

LACAS, P. Construir conhecimentos: um salto entre o científico e cotidiano? In: RODRIGO, M. J.; ARNAY, J. (org). **Conhecimento cotidiano, escolar e científico: representação e mudança**. São Paulo: Ática, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC). **Guia do livro didático**. Brasília, 2004. Disponível em: <www.fn.de.gov.br/programas/pnld>.

RODRIGO, M. J. Do cenário sociocultural ao construtivismo episódico: uma viagem ao conhecimento escolar mediante as teorias implícitas. In: RODRIGO, M. J.; ARNAY, J. (org). **Conhecimento cotidiano, escolar e científico: representação e mudança**. São Paulo: Ática, 1998.

ROJO, R. (Org.). **A prática da linguagem em sala de aula: Praticando os PCNs**. São Paulo: EDUC – Mercado de Letras-Comped/Inep, 2001.

SOARES M. B. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na Cibercultura. **Educação e Sociedade**: dez. 2002, v. 23. n. 81, p. 141-160.

TEBEROSKY, A. O conhecimento cotidiano, escolar e científico no domínio da linguagem escrita. In: RODRIGO, M. J.; ARNAY, J. (Org.). **Domínios do conhecimento, prática educativa e formação de professores**. São Paulo: Ática, 1998.

VERCEZE, R. M. N. **Letramento e Alfabetização: dois processos indissociáveis**, Guajará-Mirim: UNIR – CEPLA, 2005. (mimeo).

Artigo recebido em: 17/12/2007

Aprovado para publicação em: 03/06/2008